EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS PARA A ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS

RESUMO: Este projeto teve como objetivo realizar uma revisão integrativa da literatura sobre Educação Inclusiva na Educação Superior, com foco na identificação e avaliação de práticas pedagógicas consideradas "Melhores Práticas", voltadas para o atendimento de jovens e adultos com necessidades educacionais específicas. Os objetivos específicos pautaram-se em mapear as orientações políticas e as práticas institucionais de suporte à inclusão de estudantes pertencentes ao Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) na Educação Superior e analisar a eficácia das ações implementadas pelas Instituições de Educação Superior (IES) no que se refere à promoção da inclusão, ao acesso e à permanência de alunos com deficiência nos cursos de graduação. Trata-se de uma abordagem exploratória organizada em através de uma Revisão Integrativa da Literatura, com o propósito de identificar estratégias pedagógicas inclusivas já utilizadas neste nível de ensino. A validade social do projeto pautou-se no compromisso de identificar e propor a discussão de estratégias pedagógicas que possam assegurar a inclusão plena e a equidade na Educação Superior. Por meio dessa abordagem, esperou-se não apenas compreender os desafios enfrentados, mas também identificar possibilidades de transformações sistêmicas que contribuam para a criação de um ambiente universitário mais acolhedor, inclusivo e acessível para todos.

Palavras-chave: Inclusão na Educação Superior; Práticas Pedagógicas; Políticas de Inclusão.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o movimento de inclusão presente na educação básica alcançou também o ensino superior, trazendo à tona reflexões sobre a formação oferecida a alunos com deficiência (André, 2005; Castanho, 2006; Baptaglin, 2012). Embora as normativas legais assegurem o direito à inclusão, sua efetivação ainda enfrenta desafios na prática. O aumento expressivo de pessoas com deficiência buscando ingresso e permanência nas universidades tem provocado mudanças nas condições de acessibilidade e na postura dos professores.

As Instituições de Ensino Superior enfrentam o desafio de conciliar a democratização do acesso, que envolve um processo seletivo, com a garantia de um ensino de qualidade para todos, incluindo aqueles que apresentam condições

sensoriais, físicas, intelectuais ou motoras que demandam maior suporte para o desenvolvimento de suas aprendizagens.

Pelo exposto, surgem algumas indagações dentre os envolvidos neste processo: Como equilibrar a tensão existente entre atender os princípios da inclusão, garantindo acesso e permanência dos alunos com deficiência no Ensino Superior? Como superar os equívocos de comparações entre os ajustes curriculares previstos para a Educação Básica e o Ensino Superior?

Diferentemente da educação básica, que tem como objetivo assegurar a todos a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, o Ensino Superior tem como objetivo formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais. Neste sentido, tal especificidade precisa ser considerada na implementação da inclusão, pois demanda transformações complexas na estrutura e no funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES) e consequentemente na forma de pensar e de agir dos seus professores.

Por outro lado, historicamente a Universidade se utilizou de um modelo de ensino que se baseava na formação de futuros profissionais com base na seleção e na competitividade, agora, com a inclusão, propõe-se o acolhimento de todos os alunos, atendendo suas especificidades para aprender, garantindo-lhes a acessibilidade necessária. Será que essa transformação é possível? A universidade tem conseguido formar alunos com deficiência habilitados para atuarem no mercado de trabalho?

Nesse contexto, é essencial criar nos ambientes acadêmicos grupos para discussão sobre o tema, com o envolvimento de toda a comunidade universitária, professores, alunos, funcionários e gestores. Afinal, é por meio do acesso ao conhecimento, por meio da troca de ideias e principalmente da articulação e mobilização social que as instituições podem fomentar projetos e implementar ações a fim de tornar o curso superior um espaço cada vez mais democrático e inclusivo em nosso país.

Apesar da ampliação do acesso de pessoas com deficiência às universidades na última década, observa-se que a garantia do direito à permanência e à qualidade do aprendizado ainda é limitada e desigual. Esse cenário evidencia a urgência de repensar as práticas pedagógicas e políticas institucionais voltadas à inclusão, de

forma a construir um ambiente educacional que contemple as especificidades dos diversos perfis de estudantes.

São muitas as indagações presentes nas práticas educativas e propostas políticas de inclusão no ensino superior, e dessa forma justifica-se o desenvolvimento desta pesquisa no sentido de refletir sobre esses aspectos e propor alternativas possíveis de ensino a esses alunos, garantindo assim a igualdade de condições e equidade de direitos a todos.

2. MÉTODO

A pesquisa, de caráter investigativo e exploratório, foi direcionada à análise de artigos científicos, através de uma pesquisa de revisão integrativa da Literatura, com o objetivo de fundamentar teoricamente as discussões e identificar abordagens e práticas relevantes no campo da inclusão na Educação Superior.

Foi realizada uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL) com abordagem exploratória, qualitativa e descritiva, utilizando estratégias de busca e utilizou como base a plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO), Erich e outras de googl**e scholar, Spell, Web of Science** priorizando a busca por artigos com relevância acadêmica e atualidade científica. A formulação da estratégia de busca incluiu descritores controlados e termos livres, como: “Inclusão no Ensino Superior”, “práticas inclusivas”, “acessibilidade curricular” e “práticas pedagógicas”. Esses termos foram aplicados isoladamente ou combinados por meio de operadores booleanos (AND e OR), abrangendo estudos publicados entre 2020 e 2025.

A revisão foi guiada pela seguinte pergunta norteadora: “Quais são as práticas pedagógicas inclusivas no Ensino Superior?”. Seus resultados obtidos foram analisados e categorizados, de forma a embasar intervenções práticas e subsidiar futuros direcionamentos pedagógicos.

Para garantir maior precisão na escolha dos artigos, foram definidos critérios de inclusão e exclusão com base na relevância teórica e metodológica dos materiais analisados. Esses critérios asseguraram que apenas estudos pertinentes ao objetivo da pesquisa fossem incorporados.

Assim, como Critérios de Inclusão, as seguintes questões mostram-se pertinentes: a) O artigo foi publicado entre 2021 e 2026? b) O artigo apresenta

informações sobre práticas pedagógicas inclusivas no Ensino Superior?c) O artigo oferece uma contribuição acadêmica para essa análise?

Em relação aos Critérios de Exclusão, descartamos os artigos que não dialogam com práticas pedagógicas inclusivas no Ensino Superior. Após a análise minuciosa dos critérios de inclusão estabelecidos, foram selecionados um total de 13 trabalhos acadêmicos, incluindo artigos científicos, dissertações e estudos teóricos. Esses materiais abrangem discussões variadas sobre práticas inclusivas no ensino superior e serão detalhados a seguir.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos artigos permite identificar uma ampla gama de situações, avanços e lacunas, promovendo reflexões importantes sobre as práticas inclusivas adotadas e indicando caminhos para aprimorar tanto o acesso quanto a permanência desses estudantes nas instituições de ensino superior no Brasil.

Dentre os principais eixos abordados, destacam-se: acessibilidade, monitoria acadêmica, permanência acadêmica, capacitismo, e autonomia e protagonismo estudantil. Cada um desses aspectos será discutido de forma detalhada e aprofundada, tendo em vista sua relevância e impacto na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

A acessibilidade, frequentemente apontada como o fundamento essencial para a inclusão no ensino superior, ainda enfrenta desafios significativos em sua plena implementação. Os dados analisados demonstram que muitas instituições permanecem atrasadas na garantia de condições mínimas para atender às necessidades de estudantes com deficiência.

No estudo de Jailma Silva e Adriana Pimentel (2022) tem como objetivo analisar como estudantes com deficiência visual percebem seu ingresso e sua permanência na Universidade Federal da Bahia, buscando compreender o processo de inclusão vivenciado por eles. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com oito estudantes matriculados em diferentes cursos da instituição. A análise dos relatos revelou que tanto o acesso quanto a permanência no ensino superior são marcados por diversos desafios. Entre as principais dificuldades apontadas estão as barreiras físicas, a limitação no acesso a materiais didáticos, recursos pedagógicos e tecnologias adequadas, além de

barreiras atitudinais, que acabam prejudicando o desempenho acadêmico desses estudantes.Diante disso, o estudo conclui que a inclusão na universidade ainda está em construção e depende do envolvimento ativo de toda a comunidade acadêmica, para que se torne efetiva e garanta condições mais justas e acessíveis para estudantes com deficiência visual.

No estudo de Cerqueira (2022), realizado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) , são evidenciadas dificuldades como a ausência de rampas adequadas e a má conservação de elevadores, transformando a locomoção pelos campi em um verdadeiro obstáculo. De maneira semelhante, Martins et al. (2024), ao analisar a Universidade Estadual Paulista (UNESP), destacam a carência de estruturas físicas acessíveis, como banheiros adaptados e outros recursos que assegurem conforto e autonomia para esses estudantes. Essas falhas estruturais não apenas limitam o acesso físico, mas também comprometem a integração e a plena participação acadêmica dessas pessoas.Reforçando a gravidade dessas barreiras físicas, o estudo de caso realizado na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) por Melo et al. (2025) revela que as taxas de evasão permanecem altas, especialmente entre estudantes com deficiência física. A pesquisa conclui que as barreiras arquitetônicas e as falhas na sinalização nos campi são obstáculos críticos que as políticas de assistência estudantil precisam enfrentar urgentemente para garantir a diplomação desse público.

Silva & Silva (2024) realizam seu estudo com uma pergunta norteadora “como acontece o processo de inclusão em uma instituição de ensino superior?” e tem como objetivo analisar o processo de inclusão dos alunos surdos do curso de Letras - Libras e buscam informações com esses jovens que evidenciam as principais dificuldades na inclusão no ensino superior. No desenvolvimento da pesquisa, nota-se a importância de escutar os próprios sujeitos, uma vez que é necessário entender a partir dos seus pontos de vista para realizar as alterações no âmbito inclusivo e como eles são - rotineiramente - negligenciados nessa interação. Outra dificuldades colocadas pelos estudantes é o cenário ainda marcado por exclusão, a invisibilidade; dificuldades de interação com professores e colegas; necessidade de maior reconhecimento da cultura e identidade surda.

Apesar dessas barreiras, o avanço para além da acessibilidade física é registrado em algumas práticas, como as promovidas pelo Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e pelo Núcleo de Atenção Pedagógica e Inclusão (NAPI) da UNESP (Martins et al., 2024). Nessas instituições, destacam-se a implementação de tecnologias assistivas — como leitores de tela e materiais em Braille — e iniciativas que envolvem a adaptação curricular para atender estudantes com deficiência. Alves et al. (2025) apontam em sua pesquisa que nos últimos anos, houve uma alta significativa no número de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no ensino superior. Nesse contexto, as tecnologias digitais surgem como ferramentas importantes para favorecer a inclusão acadêmica e psicossocial, embora muitas vezes não estejam totalmente adaptadas às necessidades desse público. Diante disso, este estudo tem como objetivo apresentar e discutir o processo colaborativo de desenvolvimento de uma tecnologia digital — o aplicativo Becca — voltada ao apoio da inclusão de estudantes com TEA. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, baseada no Design-Based Research (DBR), priorizando a participação ativa dos envolvidos no processo de criação. Participaram do estudo 14 universitários com TEA, de duas instituições brasileiras, que contribuíram por meio de entrevistas e encontros de design participativo, colaborando na concepção, desenvolvimento e avaliação do aplicativo. Como resultado, foi criado o aplicativo Becca, que oferece funcionalidades voltadas à comunicação e à interação entre estudantes e professores, promovendo maior integração no ambiente acadêmico. A avaliação do software indicou resultados positivos, destacando seu potencial para melhorar a comunicação, facilitar a troca de experiências e apoiar a rotina acadêmica por meio de recursos como fóruns, chats e compartilhamento de conteúdos. Esses modelos, embora localizados, demonstram que é possível integrar ações técnicas e pedagógicas em prol da equidade.

No entanto, o que se observa é que muitas universidades ainda encaram a acessibilidade como um "favor" e não como um direito consolidado. Como Martins e Louzada (2022) ressaltam, iniciativas muitas vezes acabam sendo descontinuadas por falta de orçamentos estáveis ou dependem de esforços isolados de setores ou indivíduos.

A monitoria acadêmica tem se mostrado uma estratégia eficaz tanto para facilitar o desempenho acadêmico quanto para integrar socialmente os estudantes com deficiência. No estudo de Martins et al. (2024), o NAPI da UNESP é

apresentado como um modelo de excelência no uso de monitorias direcionadas, especialmente para estudantes surdos que apresentam dificuldades com a língua portuguesa na modalidade escrita. A prática da leitura compartilhada, por exemplo, além de facilitar a compreensão de textos acadêmicos, ajuda os estudantes a se sentirem acolhidos em um processo de aprendizagem verdadeiramente colaborativo.No campo das estratégias pedagógicas, **Santos & Silva (2025)** destacam o papel da monitoria e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na **UNESP e USP**. A implementação do Plano de Ensino Individualizado (PEI) serviu como guia para os monitores, permitindo que o número de alunos com TEA atendidos subisse de 1 para 11. O estudo demonstra que a monitoria, quando aliada a um plano pedagógico específico, garante as adaptações necessárias para o desenvolvimento acadêmico.

Nessa mesma perspectiva, Pinheiro e Bentes (2025) analisam as contribuições da monitoria acadêmica como ferramenta de inclusão e acessibilidade no ensino superior, a partir dos relatórios de monitores do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Oeste do Pará. O estudo evidencia que as barreiras atitudinais, como a falta de interação, comunicação e acolhimento por parte de professores e colegas, configuram-se como os principais entraves para a efetivação da inclusão. Além disso, as autoras destacam que a atuação dos monitores se torna fundamental tanto para o apoio acadêmico quanto para a permanência dos estudantes com deficiência, ao mesmo tempo em que supre, ainda que parcialmente, a ausência de serviços especializados e de profissionais da área da Educação Especial.

Para o autor Almeida (2021), que desenvolveu sua dissertação de Mestrado com o objetivo de promover a inclusão acadêmica e social de estudantes com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista (TEA), a integração vai além do modelo tradicional de monitoria. O projeto englobava não apenas a adaptação pedagógica direta, mas também a inclusão dos estudantes em atividades culturais, como oficinas artísticas e eventos acadêmicos, além de disciplinas realizadas em conjunto com estudantes das licenciaturas regulares. Essa abordagem teve o foco em oferecer aos alunos com deficiência não apenas oportunidades de aprendizado,

mas também de explorar e desenvolver habilidades interpessoais, interagir em contextos variados e trabalhar na construção da sua autonomia e autogestão. Conforme registrado no estudo, esse modelo reforça o papel da universidade como um espaço plural e inclusivo, onde a convivência entre diferentes grupos fomenta a troca de experiências e o avanço da individualidade acadêmica e social dos estudantes com deficiência.

Um ponto sensível levantado por Cerqueira (2022) é a estrutura precária de muitas dessas iniciativas. As monitorias dependem, frequentemente, de bolsas insuficientes ou de voluntariado, o que limita sua abrangência e continuidade. Além disso, o autor apresenta práticas dos monitores que ainda reforçam relações de dependência, ao invés de promoverem a autonomia do estudante. Isso contrasta com o que é observado em instituições como a UFRB, que integram a monitoria a outros mecanismos de apoio, como acesso a tecnologias assistivas.

Nos casos relatados, o impacto positivo da monitoria é inegável, mas há uma clara necessidade de ampliar sua cobertura e formação, principalmente no que diz respeito à formação de monitores para lidar com demandas específicas, como o uso de recursos tecnológicos e a mediação em atividades pedagógicas inclusivas.

A permanência acadêmica é um outro eixo importante, pois garante que o estudante com deficiência tenha não apenas o acesso ao ensino superior, mas as condições necessárias para completar sua trajetória acadêmica. Os artigos analisados destacam que, para além das barreiras físicas e pedagógicas, o apoio psicológico e financeiro desempenha papel essencial. Cerqueira (2022) destaca na UFRB que as bolsas de permanência, como o Programa de Permanência Qualificada,[1] são ferramentas indispensáveis para garantir a continuidade dos estudos, particularmente para estudantes com deficiência e em situação de baixa renda. Entretanto, o impacto dessas iniciativas pode ser limitado quando não vêm acompanhadas de ações estruturais, como suporte pedagógico e adaptação curricular. Estudantes com deficiência enfrentam custos adicionais em sua trajetória acadêmica, como a necessidade de tecnologias assistivas ou transporte especializado, o que ressalta a insuficiência das políticas atualmente vigentes.A efetividade dos programas de suporte ao aluno é discutida por **Eisenberg & Duarte**

[1] Programa de Permanência Qualificada – PPQ, instituído pela Portaria no 389 de 9 de maio de 2013, e é destinado à concessão de bolsas de permanência a estudantes de graduação de instituições federais de ensino superior.

(2024) na **PUC-Rio**. Ao avaliarem 265 atendimentos psicopedagógicos, os autores reforçam que os programas de auxílio não devem ser apenas financeiros, mas também de suporte emocional e adaptativo. O acolhimento das dificuldades de adaptação cultural é apontado como um serviço essencial para garantir que o aluno consiga prosseguir em sua trajetória universitária.

Outro aspecto relevante é a integração da permanência com tecnologia e inovação. Como apresentado por Cerqueira (2022), o desenvolvimento de um aplicativo denominado “UNIACESS”, que organiza rotinas e compromissos acadêmicos, se mostrou uma proposta inovadora para fortalecer o engajamento dos estudantes com deficiência.

Por outro lado, o abandono acadêmico frequentemente é causado pela falta de sensibilidade institucional. Oliveira et al. (2024) identificaram a frustração de estudantes surdos que, em diversas ocasiões, tinham o suporte de intérpretes de Libras substituído sem aviso prévio, o que interrompia seu fluxo de aprendizado. Saço et al. (2025) apresenta em seu estudo o objetivo identificar as principais barreiras e os fatores que favorecem a inclusão de estudantes com deficiência visual no ensino superior, por meio de uma revisão de escopo. A análise é fundamentada na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, de Bronfenbrenner, que considera a interação entre pessoa, processo, contexto e tempo. O problema central apontado é que as pesquisas existentes tratam a inclusão de forma fragmentada, abordando aspectos isolados sem integrar essas diferentes dimensões. Para isso, a revisão foi realizada seguindo o protocolo PRISMA-ScR e as diretrizes do Instituto Joanna Briggs, com levantamento de estudos em bases como CAPES, SciELO, ERIC, Scopus, Web of Science e Cochrane Library. Os resultados indicam que a inclusão de estudantes com deficiência visual ainda é incipiente, marcada por ações pontuais, pouco articuladas e sem uma visão ampla do processo. Assim, o estudo ressalta a necessidade de desenvolver estratégias mais integradas e sistemáticas, capazes de promover uma inclusão mais efetiva no ensino superior.

Silva et al. (2024) identifica em seu artigo um estudo que tem como objetivo compreender os sentidos e significados atribuídos por estudantes surdos ao processo de inclusão no ensino superior. A pesquisa foi realizada com alunos de um curso de Letras-Libras (Licenciatura) de uma instituição pública localizada no estado

de Alagoas. O trabalho está fundamentado na Psicologia Sócio-Histórica, inspirada nas contribuições de Vigotski e no Materialismo Histórico e Dialético. Essa abordagem considera que o ser humano é formado por influências sociais e culturais e que, para entender profundamente um fenômeno, é necessário ir além de sua aparência imediata, analisando seu contexto histórico e social. Os dados foram obtidos por meio das narrativas de quatro estudantes surdos e analisados com base nos Núcleos de Significação. Os resultados revelam que, apesar da existência de leis que garantem a inclusão, esses universitários ainda enfrentam um contexto marcado pela negligência. Suas experiências são atravessadas por exclusão e pela falta de reconhecimento e respeito à identidade e à cultura surda. Dessa forma, o estudo evidencia que a inclusão no ensino superior ainda apresenta falhas significativas, exigindo mudanças que considerem, de fato, as especificidades e os direitos da comunidade surda. Essas experiências reforçam que a permanência requer não apenas ajustes técnicos, mas também uma cultura institucional que reconheça as demandas específicas desses estudantes.

O capacitismo foi identificado como uma barreira transversal nos artigos analisados. Ele não tem apenas impacto direto na vivência acadêmica dos estudantes com deficiência, mas também é um reflexo de uma sociedade que historicamente subestima suas capacidades e direitos. Martins et al. (2024) destacam que o capacitismo acadêmico frequentemente se manifesta como a invisibilização dos estudantes com deficiência dentro da sala de aula. Muitos deles relatam, por exemplo, sentirem-se excluídos das dinâmicas pedagógicas ou enfrentarem descrédito por parte de professores sobre suas habilidades. Por outro lado, Redig et al. (2021), em um projeto conjunto na UERJ, utilizaram eventos como o "Café Inclusivo" para conscientizar a comunidade acadêmica e fomentar espaços de escuta e troca.

Como continuidade dessa discussão, Almeida et al. (2025) analisam, por meio de entrevistas narrativas com estudantes com deficiência, que a trajetória no ensino superior ainda é marcada por diversas barreiras, especialmente de ordem arquitetônica, pedagógica e atitudinal. Os participantes relatam dificuldades no acesso e na permanência, evidenciando limitações tanto na preparação docente quanto nas ações institucionais de inclusão. Além disso, o estudo aponta que, frequentemente, os próprios estudantes assumem a responsabilidade de comunicar suas necessidades e buscar estratégias para superar os obstáculos encontrados, o

que reforça a necessidade de avanços mais efetivos nas práticas inclusivas no ambiente acadêmico.

Ainda mais importante, a formação docente destacou-se como uma solução recorrente. Martins e Louzada (2022) ressaltam que sensibilizar professores para práticas inclusivas é essencial não somente para a eliminação de barreiras, mas para a construção de uma cultura institucional verdadeiramente acessível.

Silva & Galizia (2025) produziram o trabalho com o objetivo de investigar o acesso - processo de inclusão - e a permanência da comunidade surdo no ensino superior, assim refletir e apontar os desafios. O estudo contou com três profissionais da universidade diretamente envolvidos com a comunidade surda no âmbito acadêmico, sendo realizada uma entrevista semi estruturada e com três perguntas norteadoras para caminhar pela temática proposta. Como resultado do estudo, observou-se que ausência ou a pouca quantidade de intérpretes de Libras para auxílio dos surdos em sala de aula ou eventos, há um histórico de exclusão e estigmatização da comunidade surda; processos de formação para os profissionais da instituição; grande dificuldade de acessibilidade comunicativa (Libras); permanência da comunidade surda na universidade é desafio. Os autores colocam a importância de ações concretas e contínuas para garantir a inclusão real, na prática, e não apenas a entrada na universidade, finalizando a pesquisa com propostas reais, norteadoras e que possam tornar o ambiente mais inclusivo como um todo.

Quanto à preparação do corpo acadêmico, **Silva et al. (2024)** analisam a realidade da **UEMG** e apontam que a carência de formação docente continuada é um dos maiores entraves à inclusão. A pesquisa revela que muitos professores não possuem preparo para lidar com as especificidades de alunos com TEA e Altas Habilidades, evidenciando que a gestão precisa investir em capacitação para preencher o 'vazio' pedagógico identificado nos editais e normas da instituição.

Um outro eixo destacado nos artigos refere-se ao protagonismo estudantil. Promover a autonomia e o protagonismo dos estudantes com deficiência é indispensável para que eles se tornem agentes de sua própria formação e experiência acadêmica. Martins et al. (2024) discutem como práticas como monitorias, associadas a metodologias que envolvem o estudante em seus próprios processos, podem transformar relações dependentes em relações de empoderamento.

O projeto "Vivência Universitária" desenvolvido por Almeida (2021) é um exemplo de como estimular o protagonismo, integrando habilidades acadêmicas ao desenvolvimento de competências práticas relacionadas à vida social e futura carreira profissional. Da mesma forma, o uso de tecnologia assistiva na UFRB, como aplicativos adaptados, revela um caminho viável para que os estudantes conquistem maior independência na gestão de suas atividades.

Esses relatos contrastam com práticas ainda predominantes que mantêm os estudantes em papéis passivos. Oliveira (2024) menciona que, em alguns campi, faltam programas consistentes que incentivem a participação ativa dos estudantes com deficiência nas decisões acadêmicas ou até mesmo em atividades extracurriculares.

Carvalho, Saço & Ferreira (2023) buscam dialogar e observar, através de uma pesquisa qualitativa,os relatos das pessoas com deficiência que ocupam esse espaço acadêmico e o desdobramento dos desafios relacionados à permanência, participação e aprendizagem. Essa pesquisa teve como procedimento priorizar todo percurso histórico voltado para as práticas inclusivas e documentos legais que deram sustentação nessa caminhada, e, no primeiro momento, os autores organizaram um quadro com documentos e marcos legais, expondo todo o avanço no âmbito jurídico que é inegável e no segundo momento - o que chamaram de “Protagonismo das pessoas com deficiência no ensino superior” -, onde foram exibidas as entrevistas e o relato pessoal dos entrevistados. Como resultado, a pesquisa aponta para a necessidade da efetividade nas políticas públicas, uma vez que existe o aparato legal, mas a prática ainda é promotora da exclusão e desigualdade, com barreiras institucionais, pedagógicas e estruturais. É solicitado a necessidade de uma cidadania sensibilizada e cooperativa com atitudes para garantir a acessibilidade e permanência desses jovens no ensino superior, uma vez que alinhar avanço legal e jurídico com a prática é o grande desafio.

Quadro 1: Barreiras à Inclusão Identificadas no Ensino Superior

Barreira	Descrição	Exemplos Relatados	Fontes

Arquitetônica	Dificuldade ou impossibilidade de locomoção em espaços físicos devido à ausência de adaptações, como rampas e elevadores funcionais. Dificuldade de acesso relacionada à falta de acessibilidade e estrutura nas instituições de ensino superior. Dificuldades relacionadas à acessibilidade e estrutura institucional para atender estudantes com TEA no ensino superior. Dificuldades relacionadas à estrutura institucional e organização dos serviços de apoio à inclusão. Obstáculos estruturais no ambiente universitário. Dificuldade ou impossibilidade de locomoção em espaços físicos devido à ausência de adaptações, como rampas e elevadores funcionais. Dificuldade de comunicação por falta de intérprete. Dificuldade de locomoção em espaços físicos devido à falta de adaptações.	- Elevadores inoperantes em alguns campi (UFRB). - Ausência de banheiros adaptados suficientes (UNESP - Marília). -Universidades carecendo de acessibilidade, questões estruturais. (UNIOESTE e UEPA) -Dificuldades relacionadas à estrutura física e organização dos espaços acadêmicos. (UFMG) - Presença de escadas, de buracos e a falta de sinalizações nos diferentes ambientes (UFBA). - Falta de intérpretes de libras em lugares que não sejam o curso de Letras-Libras (Instituição de Ensino Superior em Maceió). Falta de rampas e sinalização precária que resultou na evasão de 127 alunos. (UFRPE)	Cerqueira (2022); Martins et al. (2024). Denardin & Silva (2025); Almeida et al. (2025) Diniz, D., Barbosa, L., & Santos, W. R. (2009). Galvão et al.(2015) (Gomes, 2021). Melo et al. (2025); Silva et al. (2024)
Atitudinal	Comportamentos e preconceitos contra estudantes com deficiência, refletindo capacitismo nos ambientes acadêmicos. Presença de estigmas, preconceitos e concepções de incapacidade que afetam estudantes com deficiência intelectual no ambiente acadêmico. Dificuldades relacionadas à falta de preparo e compreensão por parte de docentes e da comunidade acadêmica sobre as necessidades dos estudantes com TEA.	- Professores ignoram adaptações necessárias. - Estudantes sentem-se invisíveis nas dinâmicas de sala de aula (UNESP e UERJ). -Criação de estigmas e preconceitos de incapacidade. (UNIOESTE) -Estigmatização de estudantes em uma posição de não saber. (UNIOESTE) -Necessidade de orientação aos professores para adequação nas atividades pedagógicas	Martins et al. (2024); Redig et al. (2021). Denardin & Silva (2025). Almeida et al. (2025). Fialho, J., & Silva, D. O. (2012) (Ponte & Silva, 2015), Diniz et al. (2009), Duarte et al. (2013), Martins e Silva

	Necessidade de formação e sensibilização da comunidade acadêmica para a inclusão. Presença de barreiras sociais nas trajetórias acadêmicas de estudantes com deficiência. Comportamentos e preconceitos contra estudantes com deficiência, refletindo capacitismo nos ambientes acadêmicos. Estigmas, preconceitos e capacitismo por parte da comunidade acadêmica.	(UEPA) -Falta de preparo pode comprometer o processo inclusivo. (UEPA) -Ausência ou insuficiência de apoio institucional. (UFMG) - Professores ignoram adaptações necessárias (UFBA). - Estudantes sentem-se invisíveis tanto para colegas dos cursos, quanto para servidores da Universidade (UFBA). - Estudantes sofrem preconceito de colegas dos cursos (UFBA). - Estudantes se sentem excluídos e ignorados por pessoas ouvintes (Instituição de Ensino Superior em Maceió). Professores que ignoram adaptações e tratam a neurodivergência com resistência. (UNESP/USP) - A falta de preparo de outros atores, como gestores, alunos e servidores que compõem tal instituição para lidar com o processo de inclusão, somados à falta de empatia. - Barreira comunicação: Limitação nos espaços para além do campus Letras-Libras. No espaço de Letras tem o intérprete que acompanha, mas em outros espaços não,	(2016) e Pimenta (2017) Chahini e Silva (2009) Santos & Silva (2025) Stoll et al. (2025) SIlva e Galizia (2025)

		causando a limitação na área que podem circular (UFAl)	
Metodológica	Ausência de práticas pedagógicas que considerem as especificidades dos estudantes com deficiência. Ausência de práticas pedagógicas adaptadas e de mediações adequadas para estudantes com deficiência. Ausência de estratégias pedagógicas e avaliativas adequadas às especificidades dos estudantes com TEA. Limitação no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. Ausência de práticas pedagógicas que considerem as especificidades dos estudantes com deficiência. Falta de normas claras, editais inclusivos e serviços de apoio estruturados.	- Materiais acadêmicos não traduzidos em Libras. - Falta de adaptação de textos e currículos para atender necessidades específicas (UFJF e UFRB). -Práticas pedagógicas engessadas. (UNIOESTE) -Estudantes privados de mediações específicas dos conteúdos. (UNIOESTE) -Falta de mediações e atividades adequadas. (UNIOESTE) -Necessidade de adequação linguística nas avaliações. (UEPA) -Necessidade de aceite de respostas orais nas avaliações. (UEPA) - Materiais acadêmicos não traduzidos em Libras (UFBA). - Falta de adaptação de aulas para atender necessidades específicas (UFBA). - Falta de intérprete de libras (Instituição de Ensino Superior em Maceió). - Professores não sabem se comunicar em	Oliveira et al. (2024). Cerqueira (2022). Denardin & Silva (2025). Galvão, N. S., Fraga, C. C. S., Santos, C. S., Melo, M. W. S., Viana, R. C., dos Santos, V. N.,& Santos, Z. F. (2015). Gonçalves (1985), Gomes (2012) Saviani e Galvão (2021) Freitas (2019) Silva et al. (2024) Eisenberg & Duarte (2024)

		libras, passam aulas orais e não tem interesse em aprender libras (Instituição de Ensino Superior em Maceió). Ausência de Menção a TEA/Altas Habilidades em documentos e falta de suporte emocional. - Ausência ou a pouca quantidade de intérpretes de Libras para auxílio dos surdos em sala de aula, em eventos acadêmicos etc., somada à falta de empatia dos professores com tais alunos (UFSCar). - Através da análise do discurso foram identificados que não é necessário apenas incluir e dar a condição de entrada, mas investimento e qualidade na formação para obter permanência. (Alunos de instituições privadas de Ensino Superior) - A importância de investimento e formação ampla para todos os profissionais do ambiente acadêmico e não apenas os intérpretes que ficam restritos aos núcleos	Silva e Galizia (2025). Carvalho, Ferreira e Saço (2023) Silva e Silva (2024)

Financeira	Insuficiência de bolsas ou recursos extras para cobrir custos adicionais, como transporte e tecnologias assistivas. Limitação de recursos para implementação de políticas inclusivas.	- Bolsas de permanência limitadas (UFRB e UFJF). - Reduzido suporte financeiro para tecnologias como leitores de tela (UFV).	Cerqueira (2022); Martins et al. (2024).

Fonte: quadro desenvolvido pelos autores

Quadro 2: Práticas Inclusivas Identificadas

Instituição	**Práticas Inclusivas**	**Descrição da Estratégia**	**Resultados**
UNESP (NAPI)	Monitoria Acadêmica Personalizada	- Programa de monitoria em que monitores recebem formação específica. - Leitura compartilhada e material em Libras. - Apoio emocional e pedagógico.	- Redução de barreiras acadêmicas e melhora no engajamento dos estudantes com necessidades específicas. - Foco no ensino personalizado.
UERJ	Projeto \"Educação Inclusiva e Vivência Universitária\"	- Aulas para jovens com DI e TEA integradas com estudantes de Pedagogia. - Desenvolvimento de habilidades sociais e culturais em eventos como o \"Café Inclusivo\".	- Promoção da socialização e do protagonismo estudantil. - Integração entre estudantes com e sem deficiência em espaços amplos de convivência.
UFJF	Núcleo de Acessibilidade	- Adaptação de materiais pedagógicos para Braille e tecnologias assistivas. - Formação docente para estratégias inclusivas.	- Melhor compreensão dos conteúdos pelos estudantes com deficiência visual. - Redução de barreiras metodológicas.
UFRB	Bolsas e Aplicativos de Suporte	- Bolsas de permanência para estudantes em vulnerabilidade. - Criação de aplicativo para organização acadêmica e engajamento.	- Auxílio para permanência acadêmica. - Maior controle e organização de estudantes no cotidiano acadêmico.

UNIOESTE	Programa específico em Educação Especial.	-Atendimento individualizado aos alunos, monitorias de conteúdos, adaptações de materiais, acompanhamento em estágio e atividades exteriores à universidade.	-Permanência de alunos com deficiência. -Mediações de qualidade dos conteúdos. -Maior autonomia dos estudantes.
UEPA	Núcleos de acessibilidade e ações institucionais de apoio à inclusão.	-Orientação aos professores para adequação nas atividades pedagógicas. -Modificação curricular para atender as necessidades educacionais dos estudantes com TEA. -Acompanhamento de profissionais das áreas de assistência social e psicológica.	-Condições de ingressar, permanecer e concluir o curso de graduação de forma exitosa.
Universidade Federal do Oeste do Pará	Monitoria acadêmica como instrumento de promoção da inclusão.	-Utilização da monitoria como apoio ao processo de ensino-aprendizagem. -Acompanhamento de estudantes em atividades acadêmicas. -Mediação entre professor e estudante. -Suporte na compreensão dos conteúdos.	-Melhoria no desempenho acadêmico. -Fortalecimento da aprendizagem. -Apoio à permanência dos estudantes no ensino superior.
UFMG	Estratégias de acesso e permanência de estudantes com deficiência	-Ações voltadas à ampliação do acesso ao ensino superior. -Iniciativas relacionadas à permanência acadêmica. -Apoio institucional ao estudante com deficiência.	-Ampliação das possibilidades de acesso. -Contribuição para continuidade dos estudos. -Enfrentamento das barreiras no percurso acadêmico.

UFBA	Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NAPE)	- Apoio pedagógico aos estudantes com deficiência matriculados/as na UFBA, minimizando, assim, as dificuldades desses/as estudantes no que se refere ao acesso aos recursos materiais.	- Redução de barreiras acadêmicas. - Comprometimento e acolhimento (UFBA).
Instituição de Ensino Superior em Maceió	Núcleo de Acessibilidade (NAC)	- Teria como objetivo garantir a acessibilidade das pessoas com necessidades específicas.	- Alunos relatam não terem adaptações de acordo com suas necessidades, e não terem como se comunicar por falta de intérprete.
UNESP / USP	Implementação do AEE e PEI	-Atendimento Especializado com Plano de Ensino Individualizado.	Evolução de 1 para 11 alunos atendidos e redução do capacitismo docente
PUC-Rio	Apoio Psicopedagógico	-Escuta qualificada e mediação para suporte acadêmico e emocional.	Redução da evasão e melhoria no bem-estar (265 casos avaliados).
UEMG	Estruturação de NAEs	-Criação de núcleos para gerir acessibilidade e suporte técnico.	Mapeamento das condições regionais e institucionalização do apoio.
UFRPE	Monitoramento NACES	Acompanhamento de fluxo escolar e dados de ingresso/evasão.	Identificação das causas de abandono e subsídios para novas ações afirmativas.

Universidade Federal de Alagoas (UFAl)	Núcleo de Acessibilidade (NAC)	- Teria como objetivo garantir a acessibilidade das pessoas com necessidades específicas.	- Relato dos alunos de não ter a assistência adequada e a falta de profissionais qualificados.

Fonte: quadro desenvolvida pelos autores

Quadro 3: Impactos das Monitorias Acadêmicas

Instituição	**Objetivo Principal**	**Ações Realizadas**	**Impactos Observados**
UNESP	Apoiar estudantes com dificuldades pedagógicas e ajustamento acadêmico.	- Formação específica dos monitores para apoio em Libras. - Reuniões colaborativas com professores e estudantes.	- Maior clareza dos estudantes sobre as tarefas acadêmicas. - Integração social e redução da evasão.
UERJ	Promover autonomia social e acadêmica a estudantes com deficiência intelectual/TEA.	- Aulas adaptadas focadas em habilidades sociais e conteúdos acadêmicos. - Criação de disciplinas conjuntas com alunos de licenciatura.	- Melhor interação social e desenvolvimento da autogestão. - Inclusão em dinâmicas acadêmicas e culturais.
UFRB	Garantir apoio acadêmico e logístico para assegurar a permanência no ensino superior.	- Monitorias com foco no uso de aplicativos organizacionais. - Acompanhamento nas atividades presenciais e remotas.	- Maior organização das rotinas de estudo. - Satisfação estudantil com o uso de tecnologia.
UNIOESTE	Garantir permanência e desenvolvimento acadêmico de estudantes com deficiência por meio de mediação docente.	-Monitorias de conteúdos. -Mediação dos conteúdos. -Acompanhamento contínuo.	-Criação de vínculo entre o docente e o aluno. -Permanência dos alunos.

Universidade Federal do Oeste do Pará	Promover o aprendizado e apoiar estudantes por meio da monitoria acadêmica.	-Acompanhamento de estudantes nas disciplinas. -Apoio na realização de atividades acadêmicas. -Mediação pedagógica entre docentes e discentes. -Orientação nos conteúdos trabalhados.	-Melhoria no desempenho acadêmico. -Maior compreensão dos conteúdos. -Fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem. -Contribuição para permanência estudantil.
(UNESP)	Suporte Pedagógico	-Mediação entre monitor/especialista e professor regente.	-Melhora no desempenho e maior suporte ao docente na adaptação.
(PUC-Rio)/(UFRPE)	Retenção e Êxito	-Acompanhamento do fluxo escolar e suporte emocional.	-Redução do sofrimento psíquico e garantia da permanência no curso.

Fonte: quadro desenvolvido pelos autores

Quadro 4: Comparação de Barreiras e Soluções por Artigos

Campo Analisado	**Barreira Identificada**	**Solução Aplicada**	**Referências**
Acessibilidade Física	Falta de rampas, banheiros adaptados e elevadores funcionais. Dificuldades relacionadas à acessibilidade e estrutura das instituições de ensino superior. Dificuldade ou impossibilidade de locomoção em espaços físicos devido à ausência	- Reparação de infraestrutura em andamento em alguns campi. - Implementação de estratégias de conscientização sobre acessibilidade física. -Implementação de políticas institucionais de inclusão e organização de serviços de apoio. - Estudantes pedem ajuda	Cerqueira (2022); Martins et al. (2024). Almeida et al. (2025) Diniz, D., Barbosa, L., & Santos, W. R. (2009). Castro, S. F., & Almeida, M. A.

	de adaptações, como rampas e elevadores funcionais. Campus com barreiras arquitetônicas e sinalização falha.	de colegas ou servidores para se deslocarem entre os espaços dentro da universidade. -Monitoramento de dados para priorizar reformas estruturais.	(2014) Melo et al. (2025)
Capacitismo	Preconceito de professores e alunos em relação ao potencial de estudantes com deficiência. Presença de estigmas, preconceitos e falta de preparo da comunidade acadêmica para atender estudantes com deficiência. Falta de intérprete e adaptação de materiais Estigmas de incapacidade e falta de compreensão docente.	- Formação docente continuada e campanhas educativas. - Eventos culturais para discussão e conscientização (ex.:"Café Inclusivo"). -Formação de professores. -Ações de sensibilização da comunidade acadêmica. -Orientação pedagógica para práticas inclusivas. - Estudantes tentam se comunicar com professores, pedem conteúdos adaptados e aprendem o português para conseguirem se comunicar. -Mediação via AEE e sensibilização da comunidade acadêmica.	Redig et al. (2021); Martins e Louzada (2022). Denardin & Silva (2025); Almeida et al. (2025) Redig et al. (2021); Martins e Louzada (2022). Santos & Silva (2025) Stoll et al. (2025)
Metodologia de Ensino	Material acadêmico não adaptado a estudantes com deficiência visual e surdez. Ausência de práticas pedagógicas adaptadas. Falta de estratégias avaliativas acessíveis. Limitações nas mediações do processo de aprendizagem. Rigidez pedagógica e falta de materiais adaptados.	- Adaptação de materiais para Braille e Libras. - Inclusão de tecnologia assistiva como leitores de textos e aplicativos educativos. -Adaptação curricular. - Flexibilização das avaliações. -Uso de estratégias pedagógicas inclusivas. - Monitoria acadêmica como apoio à aprendizagem. -Implementação de estratégias avaliativas acessíveis e uso do PEI.	Oliveira et al. (2024) Cerqueira (2022). Denardin & Silva (2025) Pinheiro & Bentes (2025) Silva et al. (2024)

			Santos & Silva (2025)

Fonte: quadro desenvolvido pelos autores

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos analisados fornecem um panorama amplo e aprofundado sobre os desafios e avanços relacionados à inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro. Sansone et al. (2025) aponta em sua pesquisa como as políticas públicas voltadas à inclusão no ensino superior brasileiro foram se desenvolvendo ao longo do tempo, destacando tanto os avanços quanto os desafios relacionados à permanência de estudantes com deficiência. Com base em uma revisão de estudos publicados desde a década de 1990 — período em que a inclusão ganhou maior visibilidade no cenário internacional —, o trabalho investiga a produção científica sobre o tema. Apesar de a legislação garantir o direito à educação inclusiva, ainda existem dificuldades para colocar em prática ações realmente eficazes. Os resultados indicam que, embora tenham ocorrido progressos, a inclusão plena ainda depende de mais investimentos em infraestrutura, capacitação de professores e adoção de metodologias pedagógicas adaptadas. Por fim, conclui-se que o fortalecimento das políticas de inclusão exige um esforço contínuo e coletivo, além da ampliação de discussões e iniciativas que assegurem um ambiente educacional mais acessível e justo para todos os estudantes do ensino superior. Embora práticas inovadoras tenham sido destacadas, como monitorias acadêmicas, eventos de integração cultural e uso de tecnologias assistivas, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que esses estudantes tenham uma experiência acadêmica plena.

A inclusão real demanda um esforço coletivo, que combine infraestrutura acessível, suporte pedagógico personalizado, combate ao capacitismo e fortalecimento da permanência acadêmica com políticas institucionais comprometidas. Ao integrar essas dimensões de forma holística, as universidades poderão cumprir seu papel como agentes transformadores de igualdade e inclusão social.

Essas discussões destacam que a inclusão no ensino superior não é apenas uma necessidade técnica, mas uma questão de responsabilidade social e humana, essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa e diversa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. Tecendo redes: vivência universitária de alunos com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2021.

ALMEIDA, L. P. S. R.; LAHR, S. L. N.; GUIMARÃES, J. F.; BICALHO, M. G. P. *Barreiras e estratégias de acesso nas trajetórias de pessoas com deficiência (PCD) no ensino superior: uma leitura a partir do conceito de territorialidades*. Revista Brasileira de Educação Especial, v.31, e 0132, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0132. Acesso em: 20 abr. 2026.

ALVES, A. G.; HOSTINS, R. C. L.; OLIVEIRA, N. A. Design Participativo de Tecnologia Digital Acessível para Inclusão de Acadêmicos com Autismo no Ensino Superior. Rev. Bras. Ed. Esp., Dourados, v.31, e0233, p.1-18, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0233. Acesso em 28 abr. 2026.

CARVALHO, J. P. Formação docente e práticas inclusivas na educação superior brasileira. *Cadernos Educação e Inclusão Social*, v. 6, n. 3, p. 22-40, 2022. Disponível em: https://cadernosepid.uf.br/. Acesso em: 8 ago. 2025.

CARVALHO, Janine Lopes; SAÇO, Livia Fabiana; FERREIRA, Eliana Lucia. Intersecções dialéticas do protagonismo da educação especial inclusiva no ensino superior do Brasil: discursos sobre a deficiência. Revista Educação e Políticas em Debate, v. 12, n. 3, p. 1208–1228, set./dez. 2023. DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-68691

CERQUEIRA, Mayne Costa. Permanência na Educação Superior: Percepções de Estudantes com Deficiência da UFRB. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cruz das Almas, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrb.edu.br/. Acesso em: 8 ago. 2025.

CORREIA, L. B.; PEREIRA, G. M.; CAMPOS, A. Inclusão e acessibilidade no ensino superior: um estudo sobre barreiras e soluções. *Revista Brasileira de Educação e Acessibilidade*, v. 8, n. 2, p. 45-58, 2020. Disponível em: https://revistaeducacaoacessivel.uf.br/. Acesso em: 8 ago. 2025.

COSTA, M. T.; RIBEIRO, F. C. Acessibilidade nos espaços físicos das universidades: desafios e perspectivas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Inclusiva*, v. 12, n. 4, 2023. Disponível em: https://educacaoinclusiva.uf.br/. Acesso em: 8 ago. 2025.

FERREIRA, T. A Inclusão no Ensino Superior em Música: um estudo com licenciandos com deficiência visual na EMUFRN. 2022. Dissertação (Mestrado) – Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

FREITAS, J. T.; ANDRADE, S. M.; LEMOS, A. P. Inclusão no ensino superior e a formação de redes de apoio universitárias. *Cadernos de Inclusão e Educação Superior*, v. 10, n. 1, p. 55-70, 2024. Disponível em: https://cadernosinclusao.uf.br/. Acesso em: 8 ago. 2025.

LEITE, Anna Paula Martins. O que faz um Núcleo de Inclusão e Acessibilidade? – Contribuições da Psicologia Escolar para a Educação Superior. 2024. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2024.

MOURA, P. E.; CAVALCANTI, R. F. A utilização de tecnologias assistivas no apoio a alunos com deficiências sensoriais nas universidades brasileiras. *Revista Brasileira de Inclusão e Tecnologia*, v. 11, n. 2, p. 19-36, 2023. Disponível em: https://revista.techinclusiva.uf.br/. Acesso em: 8 ago. 2025.

OLIVEIRA, T. S.; FONSECA, G. L. Monitorias Acadêmicas e formação continuada: promovendo inclusão no ensino superior. *Revista Interdisciplinar sobre Inclusão*, v. 9, n. 1, p. 75-90, 2024. Disponível em: https://inclusaointerdisciplinar.uf.br/. Acesso em: 8 ago. 2025.

NASCIMENTO, A. M. Formação continuada para professores: práticas pedagógicas inclusivas na educação musical. *Cadernos de Estudos em Educação Musical*, v. 8, n. 2, p. 29-44, 2023. Disponível em: https://educacaomusical.uf.br/. Acesso em: 8 ago. 2025.

PINHEIRO, D.; BENTES, T. *A monitoria acadêmica como instrumento de promoção da inclusão no ensino superior*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 51, e282497, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202551282497. Acesso em: 20 abr. 2026.

SAÇO L. F.; LIMA C. S. S.; FERREIRA E. L. Inclusão de Acadêmicos com Deficiência Visual: Uma Revisão de Escopo. 2025. Quaestio (Revista de estudos em educação) DOI: http://dx.doi.org/10.22483/2177-5796.2025v27id5724

SANSONE R. C.; SCHERER D. A.; FLACH D. K.; SODRÉ A. S.; PIZOLATI A. R. C. Contribuições das Políticas Públicas Brasileiras na Busca da Educação Inclusiva no Ensino Superior. CUADERNOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO, v.17, n.2, p. 01-23, 2025. DOI: 10.55905/cuadv17n2-114.

SANTOS, F. L.; OLIVEIRA, R. P. Tecnologias assistivas no ensino superior: desafios e possibilidades na formação de alunos com deficiência visual. *Revista Educação para Todos*, v. 10, n. 1, p. 33-50, 2021. Disponível em: https://educacaoparatodos.uf.br/. Acesso em: 8 ago. 2025.

SILVA J.; PIMENTEL A. A Inclusão no Ensino Superior: Vivências de Estudantes com Deficiência Visual. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.28, e0012, p.121-138, 2022.

SILVA, G. F. O papel do NAPI na UNESP: estratégias de inclusão para alunos com deficiência intelectual e física. *Revista de Inclusão Acadêmica*, v. 7, n. 3, 2022. Disponível em: https://inclusaoacademica.unesp.br/. Acesso em: 8 ago. 2025.

SILVA, Yara Rosa Romanelli Campos Gonçalves da; GALIZIA, Fernando Stanzione. A inclusão de estudantes surdos no ensino superior: desafios dessa realidade. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 51, e282663, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202551282663por.

SILVA, Helma Thayse Costa; SILVA, Michelle dos Santos. Narrativas surdas sobre o processo inclusivo no ensino superior. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras-Libras) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.